



Pré-sal Petróleo

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO DE 2017
- FORMA CURTA -**



Fevereiro/2018

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04 a 07
III Balanço Patrimonial	08 e 09
IV. Demonstração de Resultado dos Exercícios	10
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
VI. Demonstração do Fluxo de Caixa	12
VII. Demonstração do Valor Adicionado	13
VIII. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	14 a 26

Campinas, 01 de fevereiro de 2018

À

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Estivemos nas dependências da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, realizando trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, consequentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma curta sobre as referidas Demonstrações Contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Demonstração do Valor Adicionado; e
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA EPP
Roberto Araújo de Souza
Sócio Responsável

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS
NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das



constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 31 de janeiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Campinas, 01 de fevereiro de 2018



CRC2SP023856/O-1 "S" DF e RJ

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3 "S" DF e RJ

Sócio Responsável

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Notas	2017	2016
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.403	33.189
Impostos a recuperar ou compensáveis	7	2.465	1.010
Adiantamentos a empregados		18	22
Despesas antecipadas		13	18
Total do ativo circulante		32.899	34.239
Imobilizado	8	1.619	2.206
Intangível	8	3.768	2.748
Total do ativo não circulante		5.387	4.954
Total do ativo		38.286	39.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**

CNPJ 18.738.727/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2017	2016
Passivo circulante			
Fornecedores	9	495	434
Honorários e encargos a pagar	10	-	20
Remuneração compensatória <i>ex-diretores</i>	11	-	1.062
Impostos e contribuições a recolher	12	1.148	1.459
Provisões para férias		1.573	1.460
Obrigações por cessão de pessoal	13	294	229
Outros		136	186
Total do passivo circulante		3.646	4.850
Patrimônio líquido	14		
Capital subscrito		50.000	50.000
(-) Capital a integralizar		(12.000)	(12.000)
Capital integralizado		38.000	38.000
Prejuízo acumulado		(3.360)	(3.657)
Total do patrimônio líquido		34.640	34.343
Total do passivo e patrimônio líquido		38.286	39.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores expressos milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receita Bruta de Serviços Prestados		36.990	45.062
Deduções da Receita Bruta			
Tributos sobre Serviços Prestados		(5.079)	(6.337)
Receita Operacional Líquida		31.911	38.725
Custos dos serviços prestados			
Remuneração	15	(10.285)	(9.567)
Encargos Sociais	16	(2.996)	(2.912)
Plano de saúde		(69)	(89)
Outros custos com pessoal		(73)	(925)
Serviços de Terceiros	17	(1.141)	(1.466)
Utilidades e Serviços		-	(38)
Outros serviços e materiais		-	(254)
Depreciação e Amortização		(615)	(1.197)
		(15.179)	(16.448)
Resultado Operacional Bruto		16.732	22.277
Despesas Operacionais			
Remuneração	15	(7.574)	(6.992)
Encargos Sociais	16	(1.930)	(1.811)
Plano de Saúde		(105)	(98)
Outros Despesas de Pessoal		(276)	(885)
Serviços de Terceiros	17	(5.517)	(4.193)
Utilidades e Serviços		(291)	(228)
Patrocínios		-	(40)
Tributos e Encargos Parafiscais		(238)	(105)
Outros Serviços e Materiais		(2.260)	(2.325)
Depreciação e Amortização		(782)	(43)
		(18.973)	(16.720)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(2.241)	5.557
Despesas Financeiras		(31)	(19)
Receitas Financeiras		2.854	3.003
	18	2.823	2.984
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		582	8.541
Despesa com provisões de IRPJ e CSLL	19	(285)	(2.877)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		297	5.664
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações		0,01	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA**
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Prejuízo acumulado	Total
		Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		50.000	(15.137)	(9.321)	25.542
Integralização de capital	14	-	3.137		3.137
Lucro (Prejuízo) do período		-	-	5.664	5.664
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>50.000</u>	<u>(12.000)</u>	<u>(3.657)</u>	<u>34.343</u>
Integralização de capital	14	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do período		-	-	297	297
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>50.000</u>	<u>(12.000)</u>	<u>(3.360)</u>	<u>34.640</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. -

Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Valores expressos milhares de reais)

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) do exercício	297	5.664
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	1.397	1.240
	<u>1.694</u>	<u>6.904</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	-	126
Impostos a recuperar ou	(1.455)	(834)
Adiantamentos a empregados	4	42
Despesas antecipadas	5	(5)
	<u>(1.446)</u>	<u>(671)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	61	206
Honorários a pagar	(20)	(541)
Remuneração compensatória ex diretores	(1.062)	1.062
Provisões para férias e 13º salário	113	118
Imposto de Renda / CSLL a recolher	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(311)	344
Obrigações por cessão de pessoal	66	50
Outros	(49)	-
	<u>(1.203)</u>	<u>1.239</u>
Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades operacionais	<u>(955)</u>	<u>7.472</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(69)	(537)
Aquisição de intangível	(1.762)	(477)
Aplicação financeira de longo prazo	-	-
Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	<u>(1.831)</u>	<u>(1.014)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	-	3.137
Caixa líquido gerados (aplicados) nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>3.137</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	<u>(2.786)</u>	<u>9.595</u>
Demonstração da variação líquida		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.189	23.594
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	30.403	33.189
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.786)</u>	<u>9.595</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Valores expressos milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	36.990	45.062
Faturamento	36.990	45.062
Insumos	(6.993)	(5.361)
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	(6.993)	(5.361)
Valor adicionado bruto	29.997	39.701
Depreciação e amortização	(1.397)	(1.240)
Valor adicionado líquido produzido	28.600	38.461
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.854	3.003
Valor adicionado total a distribuir	31.454	41.464
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(19.623)	(19.936)
Remuneração direta	(17.985)	(18.400)
Benefícios	(391)	(400)
FGTS	(1.247)	(1.136)
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	(9.271)	(12.890)
Federais (inclui a contribuição previdenciária)	(7.327)	(10.535)
Estaduais (inclui IPVA)	(3)	(15)
Municipais	(1.941)	(2.340)
Remuneração do capital de terceiros	(2.262)	(2.974)
Juros	-	-
Alugueis	(2.251)	(2.968)
Outras	(11)	(6)
Remuneração dos capitais próprios	(297)	(5.664)
Lucro (prejuízo) do exercício	(297)	(5.664)
Valor adicionado total distribuído	(31.454)	(41.464)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. PPSA
CNPJ: 18.738.727/0001-36**

**Notas Explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
e 2016**

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA (“Pré-Sal Petróleo” ou “Empresa”), com Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, 1 – 4º pavimento, Centro – Rio de Janeiro é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063/2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304/2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A Pré-Sal Petróleo tem como atividades principais a gestão dos contratos de partilha de produção, a gestão dos contratos de comercialização de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, tendo por finalidade maximizar o resultado econômico destes contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

A Pré-Sal Petróleo também representa a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas da área do pré-sal e de áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

A remuneração da Pré-Sal Petróleo pela gestão dos contratos é suportada por contrato de remuneração firmado com o MME. O contrato de remuneração também inclui, por força do disposto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.304/2010 que, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a Empresa deverá ser contemplada com parcela do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento cabe a quem estiver recebendo o direito de atuar na respectiva área.

Em 22 de dezembro de 2017, a Medida Provisória nº 811/17, autorizou a Pré-Sal Petróleo a celebrar contratos, representando a União, com agentes comercializadores ou comercializar diretamente petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, preferencialmente por leilão.

A Medida Provisória nº 811/17 determinou também que o CNPE publique até 31 de dezembro de 2018 a nova política de comercialização do petróleo e gás natural da União no pré-sal. Enquanto não for disciplinada a nova política de comercialização pelo CNPE, a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos realizada diretamente pela PPSA será regida por ato do Ministro de Estado de Minas e Energia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A demonstração contábil do exercício de 2016 foi autorizada pela Diretoria Executiva em 8 de fevereiro de 2017, tendo a aprovação pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal ocorrido em 16/02/2017 e 17/02/2017, respectivamente. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 11/04/2017 a demonstração contábil do exercício de 2016 foi aprovada pelo acionista controlador.

A demonstração contábil referente ao exercício social de 2017 será apreciada pela Diretoria Executiva em 20 de fevereiro de 2018 e encaminhada à deliberação e parecer dos Conselhos de Administração e Fiscal no dia 08 de março de 2018, com vistas à realização da Assembleia Geral Ordinária no dia 17 de abril de 2018.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 9 – Fornecedores

Nota Explicativa 13 – Obrigações por cessão de pessoal

d) Base de mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, exceto preços cotados (Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

b) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa, relativos ao contrato de remuneração, cujos serviços já tenham recebido aceite.

c) Impostos a recuperar ou compensáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras e sobre as receitas de prestação de serviços da Empresa.

d) Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e Equipamentos – 10 anos
Equipamentos de Informática – 5 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros – 5 anos

e) Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*).

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos softwares – direito de uso é de 5 anos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se estes puderem ser mensurados de maneira confiável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Empresa tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial os gastos com desenvolvimento serão capitalizados pelo valor de custo, sendo amortizados pela vida útil estimada e reduzidos por perdas do valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor de face da obrigação ou pela estimativa de desembolso que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social refere-se apenas ao imposto de renda e contribuição social corrente, com base no regime de tributação do lucro real com apuração anual.

h) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mantidos pela Empresa são ativos e passivos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo, classificados no circulante.

Os saldos referentes aos ganhos ou perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Pré-Sal Petróleo não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

i) Demais ativos e passivos (circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa é preparada e apresentada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 03 - Demonstrações dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. A Empresa optou pelo método indireto.

5. Novas normas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão obrigatórias para exercícios sociais subsequentes. A adoção pela Empresa ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente - Emitida em maio de 2014, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2017	2016
Banco conta movimento	12	27
Aplicações financeiras	30.391	33.162
Total	30.403	33.189

As aplicações financeiras são mantidas junto ao Banco do Brasil S.A., no fundo BB extramercado FAE Fundo de Investimento de Renda Fixa, nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

7. Impostos a recuperar ou compensáveis

Descrição	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte - aplicação financeira	602	-
Imposto de renda retido na fonte - serviços	1.572	-
Contribuição social retida na fonte - Serviços	288	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ a recuperar	-	1.008
Outros	3	2
Total	2.465	1.010

8. Imobilizado e Intangível

Imobilizado	2017	2016
Equipamentos de informática	2.896	2.827
Benfeitorias em imóveis de terceiros	333	333
Máquinas e equipamentos	4	4
Depreciação/amortização acumulada	-1.614	-958
Total	1.619	2.206

Movimentação Imobilizado	2016	Adições	Baixas	Depreciação	2017
Equipamentos de informática	1.916	69	-	-590	1.395
Benfeitorias em imóveis de terceiros	287	-	-	-66	221
Máquinas e equipamentos	3	-	-	-	3
Total	2.206	69	-	-656	1.619

Intangível	2017	2016
Softwares	3.874	3.494
Gastos de Desenvolvimento - SGPP	1.382	-
Depreciação Acumulada	-1.488	-746
Total	3.768	2.748

Movimentação Intangível	2016	Adições	Baixas	Depreciação	2017
Softwares	2.748	380	-	-742	2.386
Gastos Desenvolvimento – SGPP	-	1.382	-	-	1.382
Total	2.748	1.762	-	-742	3.768

9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de ativo imobilizado e intangíveis, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais, incluindo provisões.

Descrição	2017	2016
Barbosa Mussnich & Aragão	150	74
R&B Produtos e Serviços Ltda.	84	-
Accenture do Brasil Ltda.	50	46
Industec Com e Serv de Equipamentos Ltda.	36	72
Living Recursos Humanos Ltda.	-	31
Light Serviços de Eletricidade S.A.	22	20
Printrio Comunicação Empresarial	19	-
Paradigm Geophysical	18	-
Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.	17	39
Arlok Equipamentos de Informática	16	16
Seal Telecom Comercio e Serviços	15	-
Webjuridico Serviços e Informações	13	9
P&P Turimos Ltda.	12	76
WP Sistemas Reprográfico e Impressão	7	14
Telelok Central de Locações e Com Ltda.	6	17
Outros fornecedores	30	20
Total	495	434

10. Honorários e encargos a pagar

Os valores a pagar são referentes a provisão para remuneração extra e os respectivos encargos sociais da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, obedecendo à verba aprovada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2017. Por força do Acórdão nº 2.600/2016 – TCU/Plenário estas provisões foram revertidas.

Descrição	2017	2016
Honorários da Diretoria	0	20
Total	0	20

11. Remuneração compensatória – ex-diretores

Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Pré-Sal Petróleo aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25/01/2018, os membros da Diretoria Executiva, após deixarem seus cargos, ficarão impedidos por um período de 6 (seis) meses de prestar direta ou indiretamente qualquer tipo de serviço a empresa com atividades relacionadas à indústria de petróleo, gás natural, biocombustíveis ou de distribuição e comercialização, em operação no país.

Durante o período de impedimento receberão remuneração compensatória idêntica aos cargos por eles anteriormente ocupados. A Empresa liquidou em 2017 as obrigações com os ex-diretores.

Descrição	2017	2016
Remunerações Compensatórias	0	1.062
Total	0	1.062

12. Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	556	479
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	132
COFINS	103	344
PIS	23	74
INSS a recolher	339	310
FGTS a recolher	127	120
Total	1.148	1.459

13. Obrigações por cessão de pessoal

A cessão de pessoal caracteriza-se pelo empréstimo de servidores públicos para a Empresa. Os valores a pagar constituem ressarcimento aos órgãos de origem pela cessão de pessoal.

Descrição	2017	2016
Advocacia Geral da União – AGU	49	76
Agência Nacional de Petróleo – ANP	35	20
Caixa Econômica Federal – CEF	178	107
Controladoria Geral da União – CGU	32	26
Total	294	229

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da Pré-Sal Petróleo, conforme Artigo 3º do Decreto nº 8.063/2013, é de R\$ 50 milhões, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados em 12/11/2013, 27/08/2014, 20/10/2015, 21/12/2015 e 28/11/2016 pela União, acionista detentora de 100% do capital social, os valores de R\$ 15 milhões, R\$ 2 milhões, R\$ 14,9 milhões, R\$ 3 milhões e R\$ 3,1 milhões respectivamente.

Descrição	2017	2016
Capital Social	50.000	50.000
(-) Capital a integralizar	-12.000	-12.000
Lucro (prejuízos acumulados)	-3.360	-3.657
Total	34.640	34.343

b) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Pré-Sal Petróleo em seu Capítulo XIV, artigo 72, inciso III, estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado para pagamento de remuneração ao seu acionista.

A empresa apurou lucro líquido no exercício de 2015 no valor de R\$ 10.970 mil, em 2016 no valor de R\$ 5.664 mil e em 2017 no valor de R\$ 297 mil. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, artigo 189, os lucros apurados serão integralmente utilizados na amortização parcial dos prejuízos acumulados.

15. Remuneração

Custos dos serviços prestados	2017	2016
Salários	6.693	6.546
Honorários da Diretoria	1.672	1.279
Honorários - Gratificação	-	139
Honorários Extras	-10	107
Reversão dos honorários	-	-278
13º. Salário	831	758
Férias	1.099	1.016
Subtotal	10.285	9.567
Despesas Operacionais		
Salários	4.032	3.649
Honorários da Diretoria	1.712	1.703
Honorários dos Conselhos	677	631
Honorários - Gratificação	-	190
Honorários Extras	-10	105
Reversão dos honorários	-	-284
Estagiários	44	-
13º. Salário	469	459
Férias	650	539
Subtotal	7.574	6.992
Total	17.859	16.559

16. Encargos sociais

Encargos Sociais - Custos dos serviços prestados	2017	2016
INSS – Contribuições patronais	2.265	2.202
FGTS	731	710
Subtotal	2.996	2.912
Encargos Sociais - Despesas Operacionais		
INSS – Contribuições patronais	1.414	1.370
FGTS	516	426
Abono pecuniário de férias	-	15
Subtotal	1.930	1.811
Total	4.926	4.723

17. Serviços de terceiros

Serviços de Terceiros - Custos dos Serviços Prestados	2017	2016
Utilização do Banco de Dados – ANP	418	73
Manutenção de Softwares	586	545
Consultorias	-	126

Serviços de Terceiros - Custos dos Serviços Prestados	2017	2016
Auxílio alimentação	-	112
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo	45	434
Outros Serviços	92	176
Subtotal	1.141	1.466

Serviços de Terceiros - Despesas Operacionais	2017	2016
Auxílio Alimentação	-	90
Estagiários	-	33
Cessão ou Requisição de Pessoa	1.755	1.575
Serviços de Advocacia	994	560
Serviços de Apoio Técnico e Administrativo	641	244
Serviços Gerais	519	457
Condomínio	337	409
Passagens Aéreas	259	146
Serv. de Contabilidade	221	238
Propaganda e Publicidade	201	26
Outros Serviços	590	415
Subtotal	5.517	4.193
Total	6.658	5.659

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	2017	2016
Renda de aplicações financeiras	2.779	2.981
Descontos obtidos	5	-
Outras receitas financeiras	70	22
Despesas financeiras	-31	-19
Total	2.823	2.984

19. Despesa com provisões de IRPJ e CSLL

A Pré-Sal Petróleo optou no ano base 2016 e 2017 pela tributação com base lucro real anual e apuração mensal. O lucro real é o resultado do lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões legais.

Descrição	2017	2016
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	203	2.108
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	82	769
Total	285	2.877

20. Partes Relacionadas (Pessoal Chave)

Parte relacionada é a pessoa natural ou a entidade que está relacionada com a Empresa que está elaborando suas demonstrações contábeis. A pessoa natural que é membro da administração da Empresa é considerada Pessoal Chave da administração, conforme definição do CPC 5, item 9, (a), (iii).

Conforme registrado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2017, foi estabelecido em R\$ 7.234.307,97 o montante da remuneração global a ser paga a diretores e conselheiros, no período de abril de 2017 a março de 2018. Novo limite para os doze meses subsequentes será objeto de deliberação na próxima AGE, cuja realização é prevista para o dia 17 de abril de 2018.

A Empresa é dirigida por um conselho de administração e uma diretoria executiva. Todos os diretores executivos são nomeados pelo Presidente da República, após indicação do MME.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente, diretor de gestão de contratos, diretor técnico e de fiscalização e diretor de administração, controle e finanças.

O conselho de administração, cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, é constituído por 1 (um) conselheiro indicado pelo MME, que o preside, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério da Fazenda, 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1 (um) conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República e pelo diretor-presidente da Empresa.

A maior e a menor remuneração estabelecida para a diretoria executiva no período vigente são de R\$ 74.903,38 e de R\$ 71.448,38. A remuneração estabelecida para os conselheiros é de R\$ 7.050,45.

O detalhamento das despesas com honorários encontra-se na Nota Explicativa nº 15. Não existem saldos ou transações com quaisquer outras partes relacionadas.

21. Eventos subsequentes

Portaria

Em 03/01/2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 2º, parágrafo único, da Medida Provisória nº 811/2017, editou a Portaria nº 3, disciplinando a comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluídos da União, quando realizada diretamente pela Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA.



Novo Estatuto Social

Em 25/01/2018 a Assembleia Geral, em reunião extraordinária, deliberou sobre o novo Estatuto Social da Empresa, em razão das mudanças promovidas pela Medida Provisória nº 811/2017.

Ibsen Flores Lima
Diretor-Presidente

Hercules Tadeu Ferreira Silva
Diretor de Gestão de Contratos

Paulo Moreia de Carvalho
Diretor Técnico e de Fiscalização

Leandro Leme Júnior
Diretor de Administração, Controle e Finanças

Mauro Braz Rocha
Gerente de Controle e Finanças

Francisco de Assis da Silva
Contador - CRC RJ 062.785/O-9
Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
CRC SP 022.708/F-5